VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata nº 11

29 de maio de 2026

Aos **vinte e nove** dias do mês de **maio** de **2026**, pelas **21** horas e **20** minutos, teve lugar a 3ª Reunião da Sessão Ordinária iniciada em 29 de abril de 2026, a qual decorreu no Auditório Manuel Menezes de Figueiredo, Rua General Torres nº 1141, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos. Constituíram ainda a Mesa, a 1ª Secretária em exercício, Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias e a 2ª Secretária em exercício, Ângela Eugénia Ferreira de Pinho. ----------

Estiveram presentes, para além dos mencionados, os seguintes deputados municipais: Alexandre Miguel Capacho Vila Real; Álvaro Almeida dos Santos; António Fernando dos Santos Rocha; Diogo Filipe Prada da Silva; Faustino Tavares de Sousa; Gonçalo António Nogueira de Sousa Pinto; Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes; Hugo José Silveira da Silva Pereira; Inês Sofia Oliveira Alves; Jéssica Silva Soares; Joana Cristina Côrte Ferreira; Joaquim Moreira Barbosa; Liane Mazzer; Mário João Oliveira Almeida Duarte; Marta Cristina Pereira Marques; Marta Filipa Carvalho Moreira da Silva e Rúben David da Silva Pinto. ----------

Os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Alfredo José Ribeiro da Rocha; Andreia Maria Ferreira Teixeira; António Arlindo Monteiro Pinto; Cláudio Alexandre Pereira Peixoto de Melo; Eduardo José Moreira de Matos; Fábio Emanuel Sá Rocha Oliveira Pinto; Fernando Constantino Augusto Ramos; Fernando Ferreira da Silva Duarte; Gustavo Leite Gama; Joaquim António Dias Tavares; Jorge Filipe Gomes Castro; José António Soares Ribeiro; Luís António Neto Castro de Oliveira; Manuel António Coutinho Ferreirinha; Manuel Joaquim de Sousa Félix; Manuel José Dias Oliveira Gama; Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro; Pedro Miguel Barbosa Moreira; Ricardo Miguel da Costa Almeida; Sara Raquel Rodrigues Magalhães; Sérgio Francisco dos Santos Baptista; Vasco António de Castro Bezerra. ----------

Faltaram, justificando a ausência sendo substituídos(as) pelo elemento disponível, os(as) seguintes deputados(as) municipais: André Filipe Dias Tavares substituído por Ricardo Filipe Mesquita Sequeira; Aurora Marina Paula Ferreira e Teixeira substituída por Laura da Conceição da Silva Gomes; Beatriz Castro Pinto substituída por José Alberto Pereira Mota da Costa; Carla Isabel Argueles de Cáceres, substituída por Bruno Miguel Monteiro Vieira de Oliveira; Daniel Fernando Almeida Moreira Couto substituído por José Manuel Teixeira Cardoso; Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo substituído por José Manuel Teixeira Cardoso; Eduardo Miguel Sabino Guedes Barroco de Melo, substituído por Adriana Emília Amaral Costa; Rui Pedro Fernandes Teixeira substituído por Adriana Mercedes Ferreira Mendes Silva; Luís Miguel Pereira Alves Nogueira substituído por Jorge Miguel Félix Pinto Espanhol; Maria Fernanda da Rocha Almeida de Morais e Sousa, substituída por Susana Natália Monteiro Moreira; Silva, Mónica Alexandra da Silva Almeida, substituída por João Pedro Ferreira Martins; Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel substituído por Pedro André Silva Dantas; Pedro Manuel Vieira Alves de Oliveira, substituído por Francisco Diogo Cabral Nascimento e Rui Pedro Fernandes Teixeira, substituído por Adriana Mercedes Ferreira Mendes Silva. ----------

Faltou, justificando a ausência, sendo substituído nos termos da Lei pelo seu representante legal, o seguintes Presidentes de Junta: Ana Luísa de Oliveira Ferreira substituída por Alberto Belmiro Martins Moreira de Oliveira; Manuel Jorge Moreira da Silva substituído por Sérgio Miguel Pereira dos Santos. ----------

Pelo Executivo Camarário, estiveram presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes e os senhores Vereadores: Elizabete Cristina Cardoso da Silva, Carla Maria Rodrigues Costa, António Fernando de Sousa Barbosa, João Paulo Moreira Correia; Maria José Guerra Gamboa Campos; Joaquim César Ramos Rodrigues; Maria de Fátima Alves e Menezes de Figueiredo e Delmino Albano Magalhães Pereira. ---

Faltou o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Firmino Jorge Anjos Pereira e o senhor Vereador: António Fernando da Silva Rodrigues Machado. ----------

Ponto 3 - Período da Ordem do Dia

3.44. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Descentralização de Competências – Juntas de Freguesia". ----------

Senhora Deputada Inês Sofia Oliveira Alves (IL) no uso da palavra, manifestou satisfação com a delegação de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, considerando que a medida reforçou a capacidade de resposta das freguesias em áreas como a educação, o urbanismo e os espaços verdes. Referiu que, apesar de poder não corresponder a todas as expetativas, a delegação constituiu um avanço importante para responder às necessidades locais, salientando ainda que algumas críticas dirigidas às freguesias relativamente aos espaços verdes não tiveram em conta que essa competência apenas lhes seria formalmente atribuída com a aprovação da medida. Por fim, felicitou o Executivo Municipal, a Vereadora responsável e os Presidentes de Junta pelo trabalho desenvolvido. ----------

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) manifestou reservas quanto ao processo de transferência de competências para as Juntas de Freguesia, considerando que o mesmo não corresponde a uma verdadeira descentralização e que transfere responsabilidades sem os respetivos meios financeiros, técnicos e humanos. Referiu que as freguesias poderão enfrentar dificuldades no cumprimento das novas competências devido à insuficiência de recursos disponíveis, alertando para o risco de degradação dos serviços públicos. Por fim, defendeu o reforço dos recursos atribuídos ao poder local e a necessidade de uma efetiva descentralização administrativa, incluindo o avanço do processo de regionalização. ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Olival, António Arlindo Monteiro Pinto no âmbito da discussão referiu o seu apoio ao processo de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, destacando o reforço da comparticipação financeira atribuída às freguesias e considerando que a medida veio corrigir insuficiências verificadas nos últimos anos. Reconheceu as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Município, defendendo a importância do trabalho de proximidade desenvolvido pelas Juntas de Freguesia na resposta às necessidades da população. Por fim, manifestou disponibilidade para colaborar na execução das competências delegadas e defendeu o alargamento futuro deste modelo de descentralização, por considerar que poderá contribuir para uma maior eficiência e qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. ----------

Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) no uso da palavra, disse que o Grupo Municipal do CH irá votar favoravelmente a proposta de transferência de competências para as Juntas de Freguesia, reconhecendo a importância da proximidade às populações e da capacidade de resposta das freguesias às necessidades locais. Contudo, expressou reservas quanto à suficiência dos recursos associados às novas competências, designadamente ao nível dos meios humanos, operacionais e financeiros necessários à sua execução. Questionou ainda a adequação dos critérios utilizados para a definição das verbas a transferir e

defendeu a necessidade de mecanismos mais claros de acompanhamento e avaliação. Por fim, solicitou esclarecimentos ao Executivo quanto à suficiência dos montantes atribuídos e à possibilidade de revisão e reforço dos recursos, caso se venha a verificar a sua insuficiência, conforme documento em anexo **(vide anexo 1)**. ----------

Senhora Deputada Joana Cristina Côrte Ferreira (PS) indicou o voto favorável do Grupo Municipal do PS a esta proposta, salientando que as competências em causa já eram exercidas pelas Juntas de Freguesia, verificando-se agora alterações na dimensão das áreas abrangidas e nos respetivos encargos. Referiu à importância de assegurar que o reforço das responsabilidades seja acompanhado dos recursos financeiros adequados, manifestando a intenção de acompanhar e avaliar a capacidade das freguesias para responder às novas exigências----------

Com a devida autorização do senhor Presidente da Câmara Municipal Luís Filipe Menezes Lopes, a senhora Vereadora Carla Maria Rodrigues Costa em resposta às questões colocadas, esclareceu que os valores previstos na delegação de competências resultaram de um estudo técnico e financeiro realizado com base nos contratos existentes e nos encargos identificados pelas Juntas de Freguesia, tendo sido adotados critérios destinados a evitar duplicações de financiamento. Referiu, ainda, que o acordo prevê mecanismos de acompanhamento e fiscalização, assentes na apresentação de relatórios de execução e respetivas evidências de trabalho realizado e que os montantes atribuídos poderão ser revistos periodicamente, mediante avaliação da execução e das necessidades demonstradas pelas freguesias, salientado que a presente delegação decorre do processo de desagregação de freguesias, implicando a definição de novos valores para as respetivas entidades.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes referiu que o processo de transferência de competências para as Juntas de Freguesia deve ser entendido numa perspetiva evolutiva, recordando a evolução das transferências financeiras realizadas ao longo dos últimos mandatos e as alterações decorrentes da agregação e posterior desagregação de freguesias e que os critérios quantitativos constituem uma referência importante para a definição dos apoios, mas não devem ser os únicos fatores considerados, devendo igualmente ser atendidas as especificidades, prioridades e necessidades de cada freguesia. Salientou a importância do diálogo permanente entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, com vista ao ajustamento progressivo do modelo de delegação de competências e dos respetivos recursos, indicando que o segundo semestre do ano deverá servir para consolidar e avaliar o modelo em vigor, incluindo a definição das responsabilidades relativas à manutenção dos espaços verdes e outros serviços descentralizados. ----------

Com a devida autorização do senhor Presidente da Câmara Municipal Luís Filipe Menezes Lopes, o senhor Vereador João Paulo Moreira Correia destacou a relevância da descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, defendendo que este processo deverá merecer particular atenção nos próximos meses, devendo ser acompanhado dos respetivos meios financeiros para garantir a sua adequada execução. Referiu que existem áreas atualmente sob responsabilidade da Câmara Municipal suscetíveis de transferência para as freguesias, como a manutenção de passadeiras e a gestão de parques infantis, enfatizando a importância da proximidade na resposta às necessidades da população. Sublinhou ainda que as câmaras municipais passaram a assumir um conjunto mais alargado de competências, transferidas pela Administração Central, nomeadamente nos domínios da ação social, saúde e educação, o que implicou um significativo aumento da estrutura municipal, incluindo o número de trabalhadores. Esclareceu que a proposta em apreciação incide apenas sobre a afetação de meios financeiros às juntas de freguesia resultantes do processo de desagregação, não abrangendo todas as freguesias do concelho, referindo que os valores atribuídos diferem consoante os casos, conforme explicado previamente pelo Executivo. Por fim, salientou que se trata de um processo

transitório, sendo necessário, numa fase posterior, negociar com todas as juntas de freguesia a transferência de competências para o restante mandato, bem como os respetivos recursos financeiros, manifestando disponibilidade do seu grupo político para participar nesse trabalho, considerado fundamental para o desenvolvimento do concelho. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes referiu que o processo de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia deve ser orientado por critérios de bom senso, flexibilidade e evolução, admitindo que, ao longo do tempo, poderá abranger um conjunto alargado de matérias, com exceção de um núcleo essencial de competências municipais. Defendeu que algumas funções atualmente desempenhadas pela administração municipal poderão, no futuro, ser exercidas pelas freguesias, desde que exista prudência na sua transferência e condições adequadas para a sua execução, salientando a importância de uma abordagem gradual e equilibrada. Destacou ainda que o processo de descentralização apresenta aspetos positivos, mas necessita de correções, designadamente ao nível do financiamento, alertando que a transferência de competências do Estado para as autarquias não tem sido devidamente acompanhada pelos respetivos recursos financeiros. Referiu, em concreto, o caso da área da educação, apontando a existência de um défice significativo para o Município, resultante da insuficiência de verbas transferidas, o que poderá comprometer a capacidade de financiamento de novas competências a descentralizar para as freguesias. Sublinhou a necessidade de o Governo assegurar um financiamento adequado e ajustado às responsabilidades transferidas, incluindo despesas com pessoal e manutenção de equipamentos, defendendo que esta matéria deve ser objeto de consenso entre forças políticas e discutida no âmbito do Orçamento do Estado. Concluiu apelando ao sentido de responsabilidade de todos os intervenientes, de forma a garantir um modelo de descentralização sustentável, equilibrado e justo para as autarquias e Juntas de Freguesia. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.45. ----------
Votação: Aprovado por Unanimidade. ----------

3.45. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimentos Concursais para provimento dos Cargos de Direção Superior de 1.º Grau e de Direção Intermédia de 1.º e 2.º Graus e Aprovação da Composição do Júri de recrutamento". ----------

Não havendo nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.45. ----------
Votação: Aprovado por Maioria, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 26 votos contra (22 do PS e 04 do CH) e 02 abstenções (01 do LIVRE e 01 da CDU). ----------

3.46. "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Criação da Paisagem Protegida Local do Vale do Febros". ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avintes, Nicolino Eduardo da Silva Ribeiro no âmbito do ponto em discussão, manifestou agrado pela proposta apresentada pela Câmara Municipal relativa à criação da Paisagem Protegida Local do Vale do Febres, considerando-a tecnicamente adequada e elaborada com conhecimento da realidade local. No entanto, assinalou como aspeto negativo a ausência de auscultação prévia das Juntas de Freguesia no processo de elaboração da proposta. Referiu ainda que a Junta de Freguesia de Avintes já desenvolveu iniciativas de valorização do vale, nomeadamente a criação do Trilho do Febres, destacando o contributo deste percurso para a promoção do território e da sua relevância ambiental e

patrimonial. Alertou igualmente para a existência de insuficiências ao nível do saneamento na zona, sublinhando que, apesar das melhorias registadas, persistem carências significativas que carecem de intervenção. Sublinhou a importância histórica e socioeconómica do vale, evocando a existência de antigos moinhos que contribuíram para o desenvolvimento da freguesia de Avintes. Por fim, reiterou o apoio à proposta, defendendo que, no futuro, as Juntas de Freguesia e as associações locais, designadamente de carácter ambiental, devem ser devidamente envolvidas no processo, com vista a uma gestão mais participada e eficaz. ----------

Senhor Deputado Rúben David da Silva Pinto (PSD) iniciou a sua intervenção sublinhando a importância do cumprimento dos compromissos eleitorais como fator essencial para reforçar a confiança dos cidadãos nas instituições e na classe política, defendendo que o respeito pelos programas sufragados constitui um dever democrático fundamental. Neste contexto, destacou o enquadramento da proposta de criação da Paisagem Protegida Local do Vale do Febres como concretização de um compromisso assumido no programa eleitoral, manifestando reconhecimento ao Executivo Municipal pelo seu cumprimento. Referiu a relevância estratégica, ambiental e territorial do Vale do Febres, salientando a sua extensão, valor ecológico, paisagístico e patrimonial, bem como o seu papel estruturante no concelho, defendendo a necessidade de garantir a sua proteção, valorização e fruição sustentável. Considerou que a nova classificação permitirá uma abordagem mais integrada e participada na gestão do território, potenciando o envolvimento de múltiplos agentes, incluindo as Juntas de Freguesia, no âmbito dos órgãos de gestão previstos. Salientou ainda o compromisso do Executivo em assegurar recursos financeiros, humanos e materiais para a concretização dos objetivos da área protegida, bem como a possibilidade de captação de investimento e fundos comunitários. Por outro lado, reconheceu os progressos verificados na melhoria das condições de saneamento ao longo dos últimos anos, embora tenha admitido que subsistem insuficiências que devem ser corrigidas. Por fim, referiu os desafios futuros associados à pressão urbanística e à necessidade de preservação da biodiversidade, defendendo que a criação da paisagem protegida constitui uma oportunidade relevante para salvaguardar o território e promover benefícios duradouros para a população. ----------

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) referiu que a CDU não votará contra a proposta de classificação da Paisagem Protegida Local do Vale do Febres, reconhecendo o seu valor ecológico, cultural e paisagístico, ainda que considere a medida tardia. No entanto, manifestou reservas quanto ao conteúdo da proposta, entendendo que a mesma se limita essencialmente a uma classificação formal, não introduzindo alterações substanciais ao regime de uso do solo, nem novos instrumentos normativos, remetendo para o enquadramento já existente no PDM e em figuras de proteção como a REN. Sublinhou a ausência de mecanismos adicionais de fiscalização, de financiamento específico para os órgãos de gestão e de um plano de gestão com calendarização vinculativa, considerando que, na prática, a proposta não implica mudanças efetivas no terreno. Defendeu que seria fundamental a apresentação de compromissos concretos por parte do Município, nomeadamente um plano de ação estruturado para o Vale do Febres, incluindo a definição de dotação orçamental anual, calendarização da elaboração do plano de gestão e clarificação das estratégias de valorização do território. Referiu ainda a importância de articular esta valorização com elementos do património cultural e natural local, como os moinhos, a broa de Avintes e o Parque Biológico. Por fim, indicou que, não obstante as reservas apontadas, a CDU votará favoravelmente a proposta, atendendo ao seu significado para a proteção da biodiversidade e do património natural, solicitando que o Executivo apresente, a curto prazo, um plano concreto de implementação. ----------

Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE) informou que o grupo municipal do LIVRE votará favoravelmente a proposta, manifestando concordância com posições anteriormente expressas,

mas salientando a importância de uma maior inclusão das Juntas de Freguesia no processo de elaboração das políticas. Defendeu que a implementação de políticas públicas exige a participação ativa da população e das entidades locais, considerando que a escuta e o envolvimento dos cidadãos são determinantes para o sucesso das medidas adotadas. Reconheceu a relevância da criação da Paisagem Protegida Local do Vale do Febros para a correta gestão do território, embora tenha admitido que, na prática, a medida poderá não introduzir alterações imediatas significativas. Apresentou ainda uma sugestão no sentido de promover a articulação com instituições de ensino superior, designadamente universidades, de forma a desenvolver projetos nas áreas ambiental, ecológica, historiográfica e arqueológica, contribuindo para a valorização do património natural e cultural do concelho. Por fim, propôs a criação de bolsas de investigação, nomeadamente de mestrado e doutoramento, financiadas pelo Município, com vista ao desenvolvimento de estudos e projetos que reforcem o conhecimento e a valorização do território municipal. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) refletiu sobre o conceito de progresso, salientando tratar-se de uma noção transversal ao discurso político, ainda que de natureza subjetiva e dependente da perspetiva de cada comunidade ou agente político. Enquadrando a proposta em discussão, considerou que a mesma representa um contributo para o progresso, designadamente por concretizar compromissos eleitorais assumidos pelo Executivo. Defendeu que o progresso não se limita ao desenvolvimento infraestrutural ou tecnológico, englobando também a criação e valorização de espaços verdes, zonas de lazer e condições que promovam a qualidade de vida das populações. Afirmou que a proposta contribui para esse objetivo, ao reforçar a dimensão ambiental e a valorização do território. Por fim, manifestou reconhecimento ao Executivo Municipal, em particular à Vereadora responsável pelo pelouro do ambiente, considerando que a iniciativa constitui um passo positivo para tornar o concelho mais sustentável, mais verde e ambientalmente mais qualificado. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes manifestou concordância com as posições anteriormente expressas por diversos intervenientes, sublinhando a importância de envolver adequadamente as Juntas de Freguesia nos processos em curso, designadamente na concretização de projetos com impacto territorial. Referiu que o Município tem vindo a desenvolver e projetar um conjunto significativo de iniciativas de criação e expansão de espaços verdes, destacando o potencial de novos projetos em várias zonas do concelho. Quanto à criação da Paisagem Protegida Local do Vale do Febres, considerou tratar-se de um projeto de natureza comunitária, que exige uma abordagem transversal, interdisciplinar e participada, envolvendo múltiplos setores, como o urbanismo, o saneamento, o ambiente e a educação ambiental. Sublinhou que a concretização de um projeto desta dimensão pressupõe um trabalho prévio estruturado, com definição de prioridades, articulação entre serviços municipais e envolvimento das freguesias, podendo, em determinadas circunstâncias, justificar a transferência de algumas competências para estas entidades. Alertou igualmente para a importância de acautelar erros passados, designadamente ao nível da ocupação do território, e para a necessidade de garantir coerência entre desenvolvimento urbano e proteção ambiental. Defendeu ainda a realização de reuniões de trabalho entre os serviços municipais e as Juntas de Freguesia, com vista à definição de critérios e estratégias que permitam avançar de forma realista e sustentada. Por fim, salientou que, embora a aprovação da proposta constitua um passo inicial positivo, será essencial complementar este processo com uma estratégia concertada, com recursos adequados e eventual recurso a financiamentos externos, garantindo a efetiva implementação e valorização do território. ----------

Não havendo mais nenhum senhor deputado inscrito, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o Ponto 3.46. ----------

Votação: Aprovado por Maioria, com 53 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 03 da IL, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 04 abstenções do CH. ----------

3.47. "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município". ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes começou por referir que não pretendia prolongar o debate político, optando por apresentar um conjunto de informações consideradas relevantes para a Assembleia Municipal. Nessa sequência, destacou que, após um processo negocial desenvolvido ao longo do mandato, foi alcançada a transferência da tutela territorial da frente ribeirinha do rio Douro — desde a foz do Cabedelo até aos limites definidos — para a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, com exceção da área da Marina de Gaia e do canal navegável, que permanecem sob responsabilidade da APDL. Considerou esta alteração como uma conquista relevante, permitindo ao Município maior capacidade de intervenção, modernização e gestão integrada daquele território, dentro do cumprimento das normas legais aplicáveis. Abordou igualmente a temática da mobilidade, sublinhando a necessidade de desenvolvimento de novas vias estruturantes que promovam melhores condições de circulação, conciliando mobilidade eficiente com sustentabilidade ambiental e requalificação urbana. Neste âmbito, indicou um conjunto de infraestruturas prioritárias previstas para o mandato, destacando ligações rodoviárias com integração de soluções como o Metrobus, ciclovias e espaços verdes, referindo que algumas destas vias já têm financiamento assegurado, enquanto outras dependem de recursos adicionais ou execução faseada. Por fim, abordou a problemática da gestão de resíduos sólidos urbanos, manifestando preocupação com a ausência de uma estratégia nacional clara, nomeadamente no que respeita aos resíduos biológicos, bem como com as dificuldades operacionais e os custos associados à recolha e separação. Referiu ainda que vários municípios da região sul do Douro enfrentam constrangimentos graves ao nível do tratamento de resíduos, tendo sido promovida uma iniciativa conjunta com outros concelhos para sensibilizar o Governo para a necessidade de soluções estruturais, designadamente através da criação de novas infraestruturas, como unidades de incineração, que permitam dar resposta eficaz e sustentável a este desafio. Concluiu salientando a importância de um esforço concertado entre municípios e entidades nacionais para assegurar soluções adequadas e duradouras nestas matérias estruturais. ----------

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) valorizou a informação apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, considerando que a mesma reforça matérias que têm vindo a ser debatidas na Assembleia, designadamente o estado dos equipamentos municipais e o esforço desenvolvido pelo Executivo na sua recuperação. Destacou a importância da informação para clarificar os objetivos programáticos da maioria, em particular no domínio da habitação, salientando a aposta na reabilitação de bairros sociais e na construção de novas habitações de renda acessível, bem como o avanço de concursos para obras em várias urbanizações e a captação de fundos comunitários. Referiu ainda que está em curso o processo de identificação de terrenos para novos projetos habitacionais, reafirmando o cumprimento gradual dos compromissos assumidos. Sublinhou que o mandato deve ser avaliado numa perspetiva temporal alargada, assente numa calendarização definida e em trabalho progressivo, reconhecendo que a concretização das medidas exige tempo. Enalteceu igualmente as iniciativas destinadas à melhoria da qualidade de vida, nomeadamente a criação de novos parques urbanos, bem como o reforço de políticas sociais, incluindo apoios a cuidadores, programas de envelhecimento ativo, habitação social e iniciativas na área da saúde mental, com destaque para a proximidade do apoio psicológico nas Juntas de Freguesia. Por fim, considerou que o Executivo tem vindo a desenvolver trabalho consistente no cumprimento dos seus compromissos, defendendo que o debate político

deve assentar em informação rigorosa, evitando a criação de perceções desajustadas face à realidade da execução em curso. ----------

O senhor Vereador João Paulo Moreira Correia pediu o uso da palavra para defesa da honra, motivado por declarações anteriores do Deputado António Rocha sobre comunicados do Partido Socialista (PS) publicados nas redes sociais. O Presidente da Mesa, Paulo Santos, questionou se o pedido era feito a título pessoal ou partidário, esclarecendo que o regimento apenas salvaguarda a defesa da honra individual e que as manifestações políticas devem ocorrer em sede própria. Após o Vereador clarificar que intervinha em nome individual, foi-lhe concedida a palavra. ----------

Em defesa da Honra, o senhor Vereador João Paulo Moreira Correia refutou a caracterização da oposição do PS como "alertas CMTV", classificando a afirmação do Deputado António Rocha como desqualificadora e redutora do papel da oposição democrática. Prosseguiu a sua intervenção apontando o caso do eleito pelo partido CH, afirmando que este se havia desfilado poucos meses após as eleições, celebrando um acordo com o executivo camarário e deixando de exercer uma oposição ativa. Defendeu que o silêncio do Partido Socialista (PS) representaria uma falha no dever de fiscalização da Câmara Municipal, prejudicando a democracia local e o município de Vila Nova de Gaia. Sublinhou a relevância de uma oposição construtiva para a eficácia governativa, sustentando que a ação do PS tem sido virtuosa ao conseguir que o executivo recue em decisões erradas. A título de exemplo, mencionou uma publicação recente sobre o programa "Gaia Aprende Mais" e as verbas destinadas às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), a qual, segundo o Vereador, motivou a alteração das orientações partilhadas com as instituições e com os encarregados de educação poucas horas depois. Concluiu referindo que a denúncia pública de falhas e a consequente correção de trajetórias por parte de quem governa constituem virtudes do processo democrático e um enriquecimento para a vida política local, rejeitando a perspetiva crítica manifestada pelo Deputado António Rocha. ----------

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) agradeceu a informação prestada pelo Presidente do Executivo, sublinhando a importância ambiental e orçamental da recolha de RSU para o concelho e lembrando o histórico de falhas no serviço e o empenho passado da coligação em debater a matéria. Defendeu que a anulação do concurso público constitui uma oportunidade para avaliar a internalização do serviço (gestão pública direta), argumentando que esta solução se tem provado mais económica e eficaz em vários municípios do país, além de permitir o reinvestimento total das verbas na melhoria do serviço em vez do pagamento de dividendos a privados. Referiu que, apesar de o Presidente da Câmara ter sugerido recentemente em vídeo a possibilidade de as Águas de Gaia assumirem novas funções e trabalhadores, o estudo de viabilidade continua por conhecer. A terminar, solicitou os seguintes esclarecimentos ao executivo: ponto da situação, o âmbito técnico e os resultados preliminares do estudo de internalização conduzido pelas Águas de Gaia; se a avaliação financeira pondera os custos a longo prazo e serviços adicionais como a limpeza de praias e recolha de monos; se as propostas do concurso superaram os custos previstos para a gestão direta e se o Município irá avançar efetivamente para a internalização do serviço. ----------

Senhor Deputado Marta Cristina Pereira Marques (CH) iniciou a sua intervenção comentando o pedido de defesa da honra submetido pelo Vereador João Paulo Correia, classificando-o como uma ação de publicidade política recorrente. Apelou à necessidade de a oposição demonstrar responsabilidade, argumentando que a falta de fiscalização eficaz durante o mandato do anterior executivo — mesmo em cenário de maioria absoluta — teria resultado em situações sob investigação judicial, mencionando explicitamente os patrocínios da

empresa municipal Águas de Gaia. Defendeu que o atual posicionamento do Partido Socialista decorria da perda da maioria para as forças políticas de direita. Relativamente à representação do CH no concelho, o orador desvalorizou as críticas anteriores, sublinhando o crescimento eleitoral do partido, que passou de um para quatro deputados municipais. Concluiu assegurando o compromisso da bancada em exercer o seu mandato e em defender os interesses e o valor dos munícipes gaienses. ----------

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) iniciou a sua intervenção congratulando-se com o facto de o Partido Socialista (PS) ter reconhecido o mérito do atual governo municipal. Dirigindo-se ao Vereador João Paulo Correia, rejeitou quaisquer alegações de intimidação mútua, exigindo respeito institucional mútuo. Sublinhou que a oposição tem total liberdade de crítica, um direito conquistado há 52 anos, mas que deve estar igualmente disponível para aceitar críticas sobre a forma como exerce essa atividade política. O orador criticou a atuação da oposição, dando como exemplo uma conferência de imprensa realizada sobre a operação da transportadora "Unir". Acusou o PS de apelar à intervenção do Governo da República para resolver um problema criado pela própria gestão anterior, classificando essa atitude como inconsequente. Desafiou o grupo parlamentar do PS a apresentar soluções concretas para o sistema de transportes, afirmando que o executivo já se encontra a trabalhar na resolução do problema. A terminar, o Deputado recordou que os vereadores da oposição dispõem de espaço próprio de intervenção nas reuniões de Câmara, cabendo na Assembleia Municipal o protagonismo aos respetivos grupos parlamentares. Concluiu classificando a referida conferência de imprensa da oposição como um verdadeiro escândalo político.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, apelou ao silêncio da Assembleia para esclarecer o enquadramento regimental das intervenções dos vereadores naquele órgão. Explicou que, de acordo com o Regimento, o uso da palavra por parte dos membros do executivo municipal no espaço da Assembleia Municipal está dependente da anuência do Presidente da Câmara Municipal nos termos do regimento. O Presidente da Mesa clarificou que a única prerrogativa que um vereador pode acionar de forma autónoma e independente é o pedido de defesa da honra. Justificou, por isso, a sua anterior interpelação ao Vereador João Paulo Correia, reiterando que qualquer pedido dessa natureza exige uma fundamentação clara perante a Mesa e a Assembleia sobre qual a honra pessoal que está a ser visada. A terminar, o Presidente da Mesa considerou o assunto esclarecido e recusou nova cedência da palavra ao Vereador por falta de enquadramento regimental. ----------

Defesa da Honra do senhor Vereador João Paulo Moreira Correia insistiu no pedido de uso da palavra para defesa da honra, argumentando que o Deputado António Rocha se havia dirigido a ele diretamente durante a sua última intervenção. O Vereador salientou a importância de os trabalhos estarem a ser gravados, afirmando que os registos audiovisuais comprovavam as alusões diretas à sua pessoa e reiterando que, face a esse facto, o Regimento lhe garantia o direito inequívoco à defesa da honra. ----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, interveio para apelar à calma, sugerindo que o Vereador João Paulo Correia confundia opiniões políticas com ataques pessoais ao focar a sua argumentação na bancada do CH. O Presidente reiterou que as críticas do Deputado António Rocha visavam as posições políticas do Partido Socialista (PS) e não a pessoa do Vereador, lembrando que o partido dispunha ainda de tempo de intervenção para responder. **O Vereador João Paulo Moreira Correia** insistiu no pedido, justificando que a conferência de imprensa sobre a transportadora "Unir" fora citada diretamente pelo Deputado António Rocha e que a sua presença na mesma decorrera na qualidade

de primeiro vereador eleito pelo PS. Perante a insistência do Vereador em circunscrever a intervenção à reposição da verdade e à defesa da sua honra individual face às declarações do Deputado António Rocha, o Presidente da Mesa acabou por lhe conceder o uso da palavra pelo período regulamentar de três minutos.----

O Vereador João Paulo Correia, em defesa da honra, acusou a Mesa de tentar inviabilizar a sua intervenção e classificou de cobardia política o facto de ser atacado no plenário sem lhe ser facultado o direito de resposta. Adiantou, desde logo, que a acusação de falta de propostas era falsa, visto que a solução para a "Unir" já tinha sido apresentada publicamente por si em sede de campanha e em reuniões de Câmara A solução que propomos para o problema da UNIR é substituir o atual operador, o que deve acontecer com um trabalho organizativo entre a CM Vila Nova de Gaia e a TMP. A posição do PS não é de combate à Câmara Municipal, mas sim de emprestar a sua força política para resolver este problema rapidamente.----------

Sem prejuízo da síntese constante da presente ata, e a pedido do Senhor Vereador João Paulo Moreira Correia e do Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha, é anexada a transcrição integral das intervenções ocorridas a partir de 1h47m20s da gravação da reunião, a qual constitui o **Anexo 2** e dela faz parte integrante.

Senhora Deputada Joana Cristina Côrte Ferreira (PS) iniciou a sua intervenção assinalando a precedência do direito de defesa da honra e apelando à condescendência do público assistente. Defendeu que o foco dos trabalhos deve centrar-se nas propostas e na resolução dos problemas do concelho, classificando o ambiente de crispação anterior como um ruído desprestigiante. Enalteceu a atitude construtiva, positiva e elevada demonstrada pelo Presidente da Câmara na sessão, lamentando, contudo, o desalinhamento da bancada que suporta a maioria do executivo, a qual acusou de se focar no passado. Sublinhou a legitimidade eleitoral do PS, recordando que se trata da força política com maior representação no Executivo Municipal, contando com cinco vereadores face a quatro do PSD e um da IL. Reafirmou que a ação de fiscalização do PS tem sido virtuosa, salientando que as advertências e chamadas de atenção da oposição motivaram, por diversas vezes, ajustes e recuos por parte do Presidente da Câmara, o que considerou demonstrar uma humildade institucional focada no bem-estar dos munícipes. A terminar, a Deputada direcionou a intervenção para a política local, solicitando esclarecimentos ao Executivo — e manifestando abertura para ouvir o vereador com o respetivo pelouro — sobre a reestruturação da feira ou mercado de artesãos na zona ribeirinha. Formulou as seguintes questões: quais as motivações e os critérios técnicos subjacentes à decisão de alteração daquela atividade comercial; quais os fundamentos para a definição da nova localização e para o modelo de rotatividade dos espaços disponíveis; qual a justificação para se ter deliberado em sentido contrário às promessas feitas aos artesãos durante o período eleitoral, sem que tivesse existido uma auscultação prévia das famílias e trabalhadores afetados. ----------

Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) na sua intervenção analisando os dados financeiros apresentados, sustentando que estes confirmavam as denúncias anteriores de que o executivo privilegia a despesa corrente em detrimento do investimento útil para as populações. Apontou uma taxa de execução global da despesa na ordem dos 16% até ao momento, alertando para a existência de áreas de investimento municipal praticamente paralisadas, em contraste com a acumulação de verbas destinadas a serviços, consultadorias e compromissos futuros. Foi manifestada preocupação com a alegada falta de visão estratégica do Município no aproveitamento de instrumentos de financiamento externo. A título de exemplo, o representante destacou a situação da comunidade piscatória da Aguda e da frente marítima, detalhando a

disponibilidade de fundos públicos superiores a dois milhões de euros para infraestruturas de apoio à pesca — nomeadamente para a construção de barracões — bem como linhas de financiamento de dezenas de milhões de euros para proteção costeira e quebra-mares. Sublinhou que o município apenas teria de assegurar uma comparticipação de cerca de 30% do investimento total, permitindo realizar obras estruturantes com um esforço financeiro municipal reduzido. O orador defendeu que estes investimentos garantiriam condições dignas de trabalho aos pescadores da Aguda, indo além de meras visitas institucionais. Argumentou ainda que uma intervenção séria no quebra-mar e a construção no Portinho da Aguda assegurariam a proteção costeira e mitigariam o problema do assoreamento na praia da Granja, uma preocupação crescente para residentes e comerciantes locais. A terminar, o representante questionou diretamente o executivo se a Câmara Municipal iria aproveitar esta oportunidade de financiamento externo ou se a deixaria passar. Recordou que o Presidente da Câmara já se havia manifestado favorável à matéria numa sessão anterior, justificando na altura a concordância com a expetativa de obtenção de apoio do governo central, pelo que inquiriu se, face à confirmação desses apoios, o Município iria finalmente avançar com os projetos, conforme documento em anexo **(vide anexo 3)**. ----------

Senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha (PSD) pediu a palavra para prestar um esclarecimento de ordem pessoal, referindo contar com 70 anos de idade e 52 anos de vivência em democracia, processo para o qual contribuiu ativamente desde os 16 anos através do associativismo estudantil e de juntas de freguesia. Sublinhou o seu longo percurso na atividade política, iniciado antes do 25 de Abril, o qual lhe permitiu consolidar relações de amizade com diversos quadrantes políticos, mencionando expressamente o Vereador João Paulo Correia e outros representantes do PS e do PCP. Enfatizou que a sua postura no plenário visa exclusivamente o debate de ideias, políticas e metodologias, separando-as sempre do respeito pelas pessoas, que considera indiscutível. Manifestou a sua forte convicção de que o programa em execução no Município permitirá um avanço substancial na qualidade de vida dos cidadãos de Vila Nova de Gaia. Concluiu advertindo a Assembleia de que a incapacidade de dissociar os conteúdos programáticos da vertente pessoal dos intervenientes acarreta perigos iminentes para a própria estabilidade democrática. ----------

Senhor Deputado Hugo José Silveira da Silva Pereira (IL) iniciou a sua intervenção ironizando sobre as intervenções do Vereador João Paulo Correia. Defendeu o direito de a oposição exercer o seu papel e produzir conteúdos, mas contestou o recurso a declarações que considerou não corresponderem à verdade relativamente a várias medidas implementadas pelo executivo. Refutou as posições do Vereador João Paulo Correia, acusando a oposição de faltar à verdade e de tentar assumir a autoria de medidas da maioria, como a consignação do IRS. Criticou ainda a atuação da oposição nas redes sociais por gerar ansiedade desnecessária em torno do programa "Gaia Cuida", cuja continuidade assegurou. Destacou a eficácia do programa "Gaia Amiga" e anunciou novas diretrizes para o executivo: os apoios às IPSS passarão a ser feitos por concurso e avaliação externa, será lançado o programa de apoio psicológico "ProximaMente" e avançará o parque verde do Rio Febros. A terminar, enalteceu a transparência das atuais gravações das sessões, contrapondo-a à gestão dos 12 anos anteriores, e atribuiu os problemas na empresa Águas de Gaia à falta de fiscalização do anterior executivo do PS. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes interveio para restabelecer a estabilidade dos trabalhos, assumindo uma postura de mediação e tranquilidade perante o plenário. Dirigindo-se ao Vereador João Paulo Correia, o Presidente acabou por autorizar formalmente o uso da palavra por um período de dois a três minutos, considerando que a cedência de tempo seria a solução necessária para que o Vereador pudesse esclarecer cabalmente a sua posição, sem prejuízo para o normal decurso da Assembleia Municipal. ----------

Intervenção do senhor Vereador João Paulo Moreira Correia, usou da palavra para responder à intervenção do deputado da IL, a quem acusou de o visar diretamente e de lhe imputar falsidades. Relativamente à taxa de IRS, o Vereador contrapôs afirmando que a primeira proposta aprovada em reunião de Câmara — que estipulava um aumento do imposto — contou com o voto favorável da IL, tendo o PS votado contra. No que concerne à operação judicial em curso na empresa municipal Águas de Gaia, o Vereador defendeu que a investigação deve ser levada até às últimas consequências pelas autoridades competentes. Com base nas notícias públicas, sublinhou que o processo teve origem numa denúncia anónima efetuada há 17 meses e que abrange procedimentos concursais e adjudicações que se estendem ao atual mandato autárquico. Relembrou que, na reunião de Câmara de 18 de dezembro, o PS apresentou uma proposta para a realização de uma auditoria especial e externa, conduzida por entidades independentes, à gestão do Município e das empresas municipais. Citou a posição assumida na altura pela vereadora da IL, que classificara a auditoria como extemporânea por considerar que os sistemas de controlo existentes e a fiscalização do Tribunal de Contas eram suficientes. Concluiu lamentando que essa proposta de auditoria externa às Águas de Gaia tivesse sido chumbada com os votos contra da maioria e da IL. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes manifestou a sua profunda indignação face às declarações do Vereador João Paulo Moreira Correia, rejeitando a tentativa de associar o atual executivo ou a presente administração às investigações judiciais na empresa municipal Águas de Gaia. Acusou o Vereador de faltar à verdade, asseverando que a intervenção e os factos sob investigação judicial — tais como procedimentos concursais e adjudicações — se circunscrevem estritamente ao período compreendido entre os anos de 2023 e 2025.O edil partilhou, em sede de esclarecimento, que uma averiguação recente conduzida pelo Tribunal de Contas sobre a anterior gestão e a contratação do Engenheiro Poças Martins nas Águas de Gaia havia sido concluída, não tendo o tribunal apontado qualquer desconformidade legal. Reiterou o seu respeito pela presunção de inocência dos visados no processo, manifestando o desejo pessoal de que as acusações não se confirmem, mas repudiou o que classificou como "baixa política" e "populismo", alertando que a deturpação de factos põe em causa a dignidade do debate e a própria democracia. Invocando o direito à indignação e à responsabilidade política, o Presidente da Câmara estabeleceu um paralelo com figuras históricas da política nacional para ilustrar o dever de assumir responsabilidades institucionais em vez de eximir o passado de fiscalização. Refutou a possibilidade de novos pedidos de defesa da honra por parte do Vereador, clarificando que a sua intervenção se manteve no plano estritamente político e institucional. Concluiu criticando o uso sistemático e abusivo do Regimento por parte do Vereador para introduzir declarações partidárias fora do tempo regulamentar, instando-o a adotar uma conduta de maior rigor ético e maturidade política no exercício das suas funções no concelho. ----------

Defesa da Honra do Senhor Vereador João Paulo Moreira Correia usou novamente da palavra para clarificar a sua posição, reiterando que a sua intervenção anterior se baseou exclusivamente nas notícias publicadas na comunicação social, as quais indicavam que o horizonte temporal das averiguações transitou para o atual mandato autárquico. Sublinhou que nunca imputou responsabilidades políticas ou autárquicas ao atual Presidente da Câmara ou ao executivo em funções, rejeitando qualquer acusação nesse sentido. Anunciou que os eleitos do PS convocaram uma reunião extraordinária de Câmara para a terça-feira seguinte, com o objetivo de debater a situação das Águas de Gaia e apresentar medidas urgentes para o futuro da organização, sustentando que a gestão da empresa necessita de alterações profundas após os recentes acontecimentos. A terminar, manifestou o seu reconhecimento pela seriedade e competência dos funcionários e colaboradores das empresas municipais e da Autarquia. Defendeu que a prioridade partilhada deve ser a recuperação da credibilidade e da confiança dos munícipes gaienses na empresa Águas de Gaia, recusando alimentar debates

políticos de atribuição recíproca de culpas e lembrando que assumiu funções no executivo há apenas seis meses, sem qualquer ligação a mandatos ou incidentes judiciais passados. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes usou da palavra para assinalar a retificação feita pelo Vereador João Paulo Correia sobre a ausência de responsabilidades políticas do atual executivo. Esclareceu, contudo, que as notícias iniciais da comunicação social que sugeriam um prolongamento dos factos investigados até ao mandato vigente foram corrigidas poucas horas depois, assim que houve acesso formal à acusação. Confirmou que o documento já tinha sido entregue ao Município e que este atestava, de forma clara, que as averiguações em curso se circunscrevem em exclusivo a factos ocorridos entre 2023 e 2025. Rejeitou o paralelismo traçado pela oposição com o caso da antiga empresa municipal "GaiaAnima", recordando que a própria autarquia promoveu a auditoria que originou esse inquérito judicial. Sublinhou que as conclusões desse processo ilibaram por completo o então presidente da Câmara, que foi arrolado pelo Ministério Público como testemunha a favor dos interesses do Município. A terminar, o Presidente da Câmara assumiu a defesa da honra e da idoneidade do Vereador António Barbosa face às críticas dirigidas pela oposição sobre a sua desfiliação partidária. Argumentou que o Vereador agiu em total liberdade no exercício dos seus direitos políticos, contrapondo que em mandatos passados também se registaram transições de eleitos de outros quadrantes para as maiorias de então, sem que isso constituísse exceção. Concluiu repudiando o que considerou serem ataques injustos a membros da sua equipa e reiterando a legitimidade e a seriedade das decisões tomadas pelos eleitos locais. ----------

Senhora Deputada Joana Cristina Côrte Ferreira (PS) apenas para retificar que o tema relativo às Águas de Gaia havia sido introduzido na discussão pela IL. Acusou a força política de tentar desviar o debate e de demonstrar incoerência ao rejeitar formalmente, em sede de votação de executivo, a proposta de auditoria externa apresentada pelo PS no início do mandato, justificando-a como redundante. Contrapôs essa decisão com a suspensão do orçamento participativo promovida pela vereação da IL para avaliação técnica, argumentando que a recusa de uma auditoria não seletiva às Águas de Gaia contradiz o discurso de transparência e de experiência de gestão do setor privado alegados pelo partido. Sustentou que os acontecimentos recentes vieram comprovar a extrema necessidade do levantamento da auditoria proposto pela sua bancada, lamentando a falta de vontade política em executá-lo na altura. Reiterou que o Vereador João Paulo Moreira Correia não integrou estruturas executivas anteriores, ao contrário de atuais responsáveis autárquicos, cabendo a atribuição de responsabilidades políticas aos devidos titulares. Criticou ainda o ruído trazido ao debate e afirmou que o atual executivo optou por governar com o partido Chega, questionando a legitimidade representativa do eleito que se desfilou daquela força política. Recordou que o PS se disponibilizou, desde o início do mandato, para uma cooperação responsável na governação, o que não foi aceite pela maioria. A terminar, a Deputada solicitou o recentramento dos trabalhos, reiterando o pedido de resposta imediata por parte do executivo, ou do vereador com o respetivo pelouro, às questões formuladas anteriormente sobre o mercado de artesãos na zona ribeirinha. ----------

Senhor Deputado Hélder Filipe Verdade da Silva Fontes (LIVRE) identificando-se como um dos deputados mais jovens da Assembleia Municipal e manifestando o seu profundo incómodo com o teor das discussões anteriores, considerando que as mesmas não dignificam o órgão nem respeitam o público assistente. Apelou ao recentramento dos trabalhos, recordando que o plenário se encontrava a apreciar a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a situação financeira do município. No âmbito da análise financeira, o deputado formulou duas questões direcionadas ao executivo: questionou a disparidade nos indicadores orçamentais, apontando que, decorrido um terço do ano, a taxa de execução global se fixava em apenas 16%, o que representa cerca de metade do valor proporcionalmente previsto para o período em causa; Associou-se

aos pedidos de esclarecimento apresentados pela deputada que o antecedeu (Joana Ferreira), instando o executivo a clarificar os motivos que sustentam a alteração ou a tentativa de relocalização da Feira de Artesãos de Santa Marinha, no Cais de Gaia, atendendo a que a decisão não aparenta prender-se com condicionantes de natureza financeira. ----------

Senhor Deputado Mário João Oliveira Almeida Duarte (PSD) criticou a forma como o senhor Vereador João utilizou os tempos de discurso com o uso da Defesa da Honra. Centrou a sua exposição na necessidade de salvaguardar o rigor na concessão da palavra, instando o Presidente da Mesa a submeter a matéria à Conferência de Líderes. Defendeu que o direito de defesa da honra possui uma natureza estritamente individual e não coletiva, não sendo juridicamente aplicável a organizações ou partidos políticos. Apelou a que o conceito regulamentar seja interpretado de forma literal e restritiva pela Mesa, e não em termos latos ou extensivos. Argumentou que qualquer cidadão comum reconhece a distinção entre a honra pessoal e a argumentação de teor político, sustentando que a honra individual do Vereador não havia sido posta em causa nas intervenções anteriores, pelo que o uso do expediente configurou um desvio às regras regimentais. -------

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) pediu a palavra para um ponto de ordem, reagindo a um comentário anterior e clarificando que a postura da sua bancada se pauta exclusivamente pela discussão de temas substantivos de interesse direto para os trabalhadores e eleitores. Rejeitou qualquer responsabilidade da coligação nos incidentes que afetaram o normal decurso do regimento e a dignidade do órgão, sublinhando que a Assembleia Municipal não constitui uma mera extensão do executivo com assistência, mas sim um espaço soberano para a apresentação de propostas políticas sérias. Manifestou a profunda preocupação da CDU face ao rumo e ao ambiente que os trabalhos da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia estão a tomar, apelando a uma reflexão conjunta e urgente sobre a condução das sessões. A terminar, o representante exigiu o recentramento definitivo da ordem de trabalhos e solicitou ao executivo municipal que fossem prestadas as respostas devidas às questões técnicas e políticas que haviam sido formalmente colocadas pela sua bancada. ----------

Com a devida autorização do senhor Presidente da Câmara Municipal Luís Filipe Menezes Lopes, a senhora Vereadora Elizabete Cristina Cardoso da Silva para prestar um esclarecimento direcionado ao público assistente, reagindo às alusões feitas sobre a sua tomada de posição em sede de reunião de Câmara. Clarificou que as suas declarações anteriores se fundamentaram exclusivamente na extemporaneidade da proposta de auditoria apresentada pelo PS, uma vez que já se encontrava anunciada e calendarizada uma auditoria por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal. Concluiu assegurando que não teceu quaisquer considerações adicionais ou juízos de valor sobre os detalhes técnicos da referida auditoria, limitando-se a fundamentar o seu voto com base na duplicação dos procedimentos já em curso. ----------

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gulpilhares, Alfredo José Ribeiro da Rocha iniciou a sua intervenção dirigindo-se à Vereadora Elisabete para saudar o projeto de recuperação do Rio Febros, sublinhando a importância deste afluente para a margem esquerda de Vila Nova de Gaia. Propôs que a autarquia estendesse o âmbito desta intervenção a todas as linhas de água do concelho, realçando o papel ecológico fundamental que desempenham na rede hidrográfica local. De forma particular, solicitou atenção técnica para um pequeno afluente que desagua na zona costeira, a norte de um estabelecimento de restauração denominado "D. Marisco", alertando para a necessidade de tratamento e para a existência de odores desagradáveis no local. Num segundo momento, o deputado abordou a questão levantada pela Deputada Joana Ferreira relativamente à feira de artesãos. Invocando a sua experiência e área de formação profissional, o orador manifestou total concordância com os critérios adotados pelo Presidente da Câmara na gestão do

espaço público. Partilhou o seu testemunho pessoal na organização da recente Romaria do Senhor da Pedra para contrapor com o modelo de ocupação do espaço público que era apanágio do executivo anterior, qualificando-o como desajustado da realidade e da segurança rodoviária e pedonal. Criticou a falta de licenciamento, a ausência de seguros de responsabilidade civil e de acidentes pessoais no passado, bem como a obstrução sistemática de passeios que impedia a livre circulação dos peões. Apontou a requalificação e a organização da Alameda do Senhor da Pedra como um exemplo de sucesso que concilia a beleza natural, o usufruto da romaria e a fluidez da via pública, apelando ao Presidente da Câmara para que replique este modelo rigoroso noutras zonas do concelho, salvaguardando o equilíbrio entre o interesse público e a atividade económica dos feirantes. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes usou da palavra repudiando manifestações e interrupções na sala, qualificando-as como condutas de arruaça contrárias aos princípios democráticos e do Estado de Direito. De seguida, respondeu às questões formuladas pelas bancadas do Livre e do Partido Comunista Português (PCP) sobre os modelos de gestão pública (internalização) face à contratualização de serviços. Rejeitou quaisquer preconceitos ideológicos na matéria, defendendo uma análise casuística e pragmática centrada na eficácia. Detalhou duas grandes opções estratégicas em curso no Município: Área da Cultura e Desporto, confirmou a decisão de criar uma empresa municipal nos moldes da "Ágora" do Porto. Detalhou que, no setor do desporto, um serviço técnico de piscinas que representava um custo quadrienal de cerca de 10 milhões de euros mais IVA será internalizado por aproximadamente 2 milhões de euros, permitindo a contratação direta e a criação de carreiras públicas para jovens licenciados em Educação Física; Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Limpeza. Esclareceu que a empresa municipal Águas de Gaia já assumiu de forma direta funções anteriormente adjudicadas em outsourcing, como a limpeza de praias e a erradicação de lixeiras. Adiantou que os novos cadernos de encargos em elaboração preveem um modelo misto para a limpeza urbana e varredura, sob a direção e participação das Juntas de Freguesia. Relativamente à operação da transportadora "Unir", contextualizou que a concessão foi definida por lotes pela Área Metropolitana do Porto (AMP), sob a liderança da Junta Metropolitana, abrangendo o lote conjunto de Vila Nova de Gaia e Espinho. Relembrou que o Município detém a prerrogativa legal de avocar as competências nesta área a qualquer momento. Sustentou que o concurso em Gaia enfrentou fragilidades estruturais desde o primeiro minuto, decorrentes de uma proposta financeira vencedora com custos excessivamente baixos, situando-se entre 20% a 50% abaixo dos restantes lotes da AMP. Argumentou que essa insustentabilidade económica determinou as falhas graves verificadas no arranque da operação, traduzidas na importação de autocarros de baixa qualidade e já fora de serviço de países de Leste, bem como na contratação de motoristas imigrantes com salários reduzidos e desconhecimento geográfico da rede de itinerários do concelho. Prosseguiu a sua exposição sobre a operação da transportadora "Unir" no lote Gaia-Espinho, sustentando que a fragilidade financeira e a falência técnica do atual operador inviabilizavam o cumprimento integral das carreiras e dos horários exigidos. Reconheceu o descontentamento generalizado dos munícipes face à qualidade do serviço, mas rejeitou a adoção de medidas sancionatórias radicais imediatas por parte do Município, argumentando que a suspensão abrupta do contrato resultaria num impasse operacional e deixaria milhares de cidadãos sem transporte público para o trabalho. Lamentou a perda de proximidade e de conhecimento do território que se verificou com o fim do modelo anterior, gerido por empresas historicamente sediadas no concelho. Revelou que o atual operador já manifestou a incapacidade técnica para prosseguir com a concessão, encontrando-se a negociar de forma privada o trespasse de ativos e o passivo financeiro acumulado. Explicou que a substituição direta e imediata da empresa esbarrava na falta de disponibilidade de uma frota alternativa imediata de 150 a 180 autocarros, referindo que as diligências informais da autarquia junto de operadores privados enfrentaram entraves e alianças de conveniência com a empresa concessionária. Anunciou, contudo, uma perspetiva de solução a curto prazo com o surgimento recente de dois novos

consórcios empresariais disponíveis para negociar uma transição com a autoridade metropolitana de transportes (TMP), sob o acompanhamento da Câmara. Perspetivou que este processo de transição decorrerá ao longo das próximas semanas e exigirá alguma tolerância temporária dos munícipes, visando assegurar a reposição progressiva de horários, o reforço de carreiras e o alargamento de trajetos solicitados pelas Juntas de Freguesia. Estimou que este período de transição durará entre seis a oito meses, tempo necessário para preparar um concurso público definitivo e estruturado. Apresentou a visão estratégica do executivo para a futura reorganização do sistema de transportes urbanos, criticando o modelo da TMP de sobrepor novos operadores a redes antigas sem uma reconceptualização prévia. Defendeu que a nova rede de autocarros deve ser desenhada em articulação direta com a expansão da linha de Metro, privilegiando os fluxos pendulares diários de ligação direta entre as zonas habitacionais e as estações de metro nos períodos de ponta da manhã e do fim de tarde. Em paralelo, propôs a criação de circuitos locais de proximidade, operados por viaturas de menores dimensões e estruturados por agregados de freguesias com afinidades geográficas, garantindo a mobilidade quotidiana dos cidadãos para o acesso a serviços de saúde, comércio e lazer. concluiu a exposição sobre a transportadora "Unir" admitindo que o executivo equaciona, no momento oportuno, debater na Câmara e na Assembleia Municipal a avocação das competências nesta área, retirando-as da TMP. Defendeu a viabilidade de o Município assumir a liderança direta do processo de transportes em detrimento da gestão centralizada de âmbito metropolitano. No que concerne à reestruturação da Beira-Rio e à situação dos artesãos, prestou os seguintes esclarecimentos: clarificou que os artesãos instalados no perímetro da Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo (APDL), junto à Ponte da Arrábida, detêm protocolos válidos por mais alguns meses, os quais serão integralmente respeitados pelo Município até à sua caducidade, não existindo qualquer intervenção imediata nas frentes sob jurisdição daquela autoridade portuária; exemplificou o combate do executivo à venda ambulante clandestina, à contrafação, à venda ilegal de bebidas e ao tráfico de estupefacientes em zonas de grande afluência turística, como a Alameda do Senhor da Pedra e o Jardim do Morro, defendendo a necessidade premente de repor a legalidade e a segurança no espaço público; sustentou que a imposição de regras visa defender os verdadeiros artesãos e produtores locais face à proliferação de produtos industriais de revenda adquiridos em superfícies comerciais. Rejeitou a contestação ao pagamento de taxas de ocupação de espaço público (na ordem de centenas de euros anuais por licença), lembrando que todos os agentes económicos devem cumprir com as suas obrigações fiscais; informou que, após vistoria técnica recente com o vereador do pelouro, constatou que o fluxo de turistas no Jardim do Morro é significativamente superior ao da Beira-Rio, justificando a proposta de transferência provisória dos artesãos para aquele espaço. Anunciou a intenção de criar uma feira de artesanato permanente junto ao Mosteiro da Serra do Pilar logo na primavera seguinte, assim que concluídas as obras de requalificação circundante, manifestando abertura para aumentar substancialmente o número de equipamentos e estender as licenças até ao final do mandato; alertou para o facto de os estabelecimentos de restauração terem ocupado a totalidade dos passeios pedonais na Beira-Rio e na Afurada. Declarou que o executivo já iniciou reuniões de carácter construtivo com os comerciantes, através do seu Chefe de Gabinete, manifestando total disponibilidade para apoiar financeiramente a modernização das esplanadas com coberturas, mesas e cadeiras de elevada qualidade estética, exigindo em contrapartida a libertação de corredores de circulação para os peões; assegurou que o Município irá financiar, no termo da presente época balnear, a aquisição e construção de estruturas de venda amovíveis modernas e uniformizadas para os artesãos. Reiterou o compromisso do executivo com o diálogo contínuo até ao limite, com a aplicação de regras transparentes que promovam a qualidade urbanística de Vila Nova de Gaia e a proteção dos bons artesãos com a concertação e com a aproximação de pontos de vista até ao limite das competências institucionais. Contudo, rejeitou categoricamente qualquer cedência perante manifestações de rua, vigílias ou protestos que classificou como ações de força ou arruaça, sustentando que quem abdica das suas responsabilidades governativas face à pressão das ruas não detém dignidade para exercer funções públicas num Estado de Direito. Concluiu afirmando que o seu mandato não é pautado por

objetivos eleitorais ou calendários políticos a quatro anos, mas sim pelo propósito exclusivo e intransigente de introduzir melhorias estruturais no concelho de Vila Nova de Gaia. ----------

Com a devida autorização do senhor Presidente da Câmara Municipal Luís Filipe Menezes Lopes, a senhora Vereadora Carla Maria Rodrigues da Costa usou da palavra para responder à questão formulada pelo deputado da IL relativamente à percentagem de execução da despesa municipal. Esclareceu, sob o ponto de vista técnico, que o relatório financeiro em análise se encontra circunscrito ao horizonte temporal de 1 de janeiro a 20 de abril. Explicou que o indicador apresentado de 16,20% reflete estritamente a despesa paga e que, atendendo a que o prazo regulamentar de pagamento do Município está fixado em 60 dias, a referida percentagem traduz a despesa efetivamente executada até ao mês de fevereiro, justificando-se assim a discrepância apontada face ao decurso do ano. ----------

Senhora Deputada Joana Cristina Côrte Ferreira (PS) apenas retomou a palavra invocando igualmente o direito à indignação face às declarações que classificavam os protestos como arruaça. Criticou o tom que considerou paternalista da Presidência relativamente à subsistência dos artesãos e acusou o executivo de tentar confundir os conceitos em debate. Argumentou que a contagem do número de transeuntes no Jardim do Morro não traduz a viabilidade do negócio, estabelecendo um paralelo com o setor comercial para demonstrar que o fator determinante é o poder de compra específico do público que frequenta cada zona, o qual se encontra consolidado na atual localização da Beira-Rio. Defendeu o artesanato local como um recurso endógeno crucial para a identidade e sustentabilidade do turismo em Vila Nova de Gaia, alertando para o risco de descaracterização urbana e de uniformização da cidade face à pressão turística global. Reitera o apelo para que o Presidente da Câmara demonstre abertura para auscultar as propostas e preocupações da vereação do PS, salvaguardando o interesse das cerca de 40 famílias afetadas pela reestruturação. A terminar, a Deputada sustentou que as suas questões centrais permaneceram por responder pelo executivo, apontando a ausência de estudos ou justificações de ordem técnica, económica ou de conceito turístico que sustentem a decisão. Questionou diretamente os seguintes pontos: os motivos concretos para a perda da atual localização e a obrigatoriedade de desocupação do espaço já no final do mês corrente; a fundamentação para a redução drástica de 40 lugares de venda para apenas dez equipamentos disponíveis; os critérios para a alteração do modelo de permanência, que passa de uma rotatividade quinzenal para apenas uma semana por mês, alertando para o clima de desespero e para o risco de desemprego que este novo modelo impõe às famílias envolvidas, classificando a deliberação como precipitada e imprudente. ----------

Senhor Deputado José Alberto Pereira Mota da Costa (CDU) usou da palavra para contestar a visão estratégica do Presidente da Câmara Municipal sobre os transportes urbanos, classificando-a como errada. Argumentou que, apesar da nova realidade, persistem problemas estruturais antigos que não serão resolvidos por novos consórcios privados, os quais considerou serem uma continuidade dos modelos ineficazes do passado. Defendeu que a Autarquia devia preparar o caminho para o término do atual contrato de concessão da rede "Unir" — com maturidade contratual em dezembro de 2030 —, capacitando a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto (STCP), da qual o Município é acionista, para assumir integralmente a operação. Como medida imediata, apontou que os 48 autocarros que a STCP se encontra a abater no Porto apresentam qualidade superior aos que operam em Vila Nova de Gaia e poderiam suprir as necessidades de frota apontadas pelo executivo. Concluiu que a STCP, como operador interno de escala metropolitana, é a única entidade capaz de garantir a qualidade e a integração do serviço sem fragmentar os concelhos, considerando um desperdício a procura de operadoras privadas. ----------

Senhor Deputado Ricardo Filipe Mesquita Sequeira (CH) reconheceu a extensão e a intensidade do debate em curso, mas reiterou a necessidade de obter respostas por parte do executivo sobre a abertura de concursos e candidaturas a fundos públicos. solicitou esclarecimentos urgentes sobre o financiamento para a construção de barracões e melhoria das condições de trabalho no setor da pesca na Aguda. Concluiu lançando o desafio para que o Município desenvolva na Aguda uma intervenção estruturante de requalificação idêntica à que já foi executada na comunidade da Afurada. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Menezes Lopes para responder às últimas questões formuladas, no que concerne à comunidade piscatória da Aguda, adiantou que o executivo se encontra a trabalhar no processo de candidatura a fundos comunitários, prevendo a sua conclusão nos dez dias seguintes. Relativamente ao molhe do Portinho da Aguda, reconheceu que a estrutura enfrenta problemas graves de sustentação e carece de uma intervenção urgente de prolongamento e reorientação técnica. Informou que a Autarquia se encontra em diálogo com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), estando iminente a assinatura de um contrato para o reembolso de 700 mil euros relativos à recuperação do paredão costeira em Canidelo, bem como um compromisso de apoio financeiro da APA para a Aguda. Estimou o custo da empreitada entre 3,5 e 4 milhões de euros, manifestando a prontidão do Município para assumir uma comparticipação de 30%, de forma a salvaguardar a identidade e a proteção da comunidade piscatória local. Relativamente à reestruturação da feira de artesãos, o Presidente da Câmara contrapôs os argumentos da oposição, sustentando que os critérios de relocalização assentam numa perspetiva de planeamento turístico e de mobilidade a longo prazo, antecipando que o espaço ideal de fixação venha a ser o território envolvente à futura ponte pedonal. Rejeitou que a transferência para o Jardim do Morro venha a prejudicar economicamente os feirantes, apontando que a intensa programação municipal de entretenimento de verão atrairá milhares de turistas ao local, o que potenciará o volume de vendas. Esclareceu que os contratos dos artesãos com o Município expiram por decurso do prazo no final do mês corrente e não por iniciativa de rescisão do executivo. Negou o impedimento de atividade aos 40 feirantes, relembrando que o modelo prevê a rotatividade de dez equipamentos e que propôs o alargamento substancial do número de bancadas disponíveis no Jardim do Morro. A terminar, o Presidente da Câmara clarificou que o direito à indignação evocado pela oposição deve circunscrever-se ao debate político formal, rejeitando condutas de desacato no plenário ou o recurso a ameaças de providências cautelares e vigílias de rua. Reafirmou a total abertura da Autarquia para prosseguir com o diálogo, com a concertação e com a flexibilização mútua de posições nas semanas seguintes, desde que salvaguardada a autoridade e a legitimidade democrática do executivo eleito para governar o município.----------

A Assembleia Municipal Apreciou o Ponto 3.47 da Ordem de Trabalhos.----------

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, leu e deu como aprovada a Minuta de Ata, conforme documento em anexo **(vide anexo 4).** ----------

Não havendo mais a tratar, o presidente da Assembleia Municipal em exercício, deu por encerrados os trabalhos, pelas **00 horas e 55 minutos**, do dia **30 de maio de 2026**, sendo lavrada a presente ata, e que, depois de lida em voz alta, vai ser assinada pela Primeira Secretária da Mesa em exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício. ----------

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Primeiro Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, em Exercício

(Ana Paula de Paiva Godinho da Silva Dias, Dr.ª)

O Presidente da Assembleia Municipal, em Exercício

(Paulo Alexandre de Azevedo Pereira dos Santos, Dr.)

GRUPO MUNICIPAL VILA NOVA DE GAIA CHEGA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 1

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,

O Grupo Municipal do Chega votará favoravelmente esta proposta de transferência de competências para as juntas de freguesia.

Fá-lo porque reconhecemos a importância da proximidade às populações e porque entendemos que, muitas vezes, são as juntas de freguesia quem melhor conhece os problemas concretos do território, seja na limpeza urbana, na manutenção dos espaços verdes ou nas pequenas intervenções nas escolas básicas.

A descentralização pode ser positiva quando aproxima a decisão das pessoas e quando permite respostas mais rápidas e eficazes.

Contudo, votar favoravelmente não significa passar um cheque em branco ao executivo municipal.

E há neste documento várias fragilidades que não podem deixar de ser assinaladas.

Desde logo, preocupa-nos o facto de serem transferidas mais responsabilidades para as freguesias sem existir transferência de recursos humanos ou patrimoniais. O próprio auto de transferência refere expressamente que "não se revela necessária a afetação de recursos humanos ou patrimoniais". Ora, isto levanta dúvidas legítimas.

Porque estamos a falar de competências exigentes:

- Manutenção de espaços verdes;
- Limpeza de vias públicas;
- Reparações em escolas;
- Manutenção de mobiliário urbano;
- Limpeza de sarjetas e sumidouros.

Tudo isto implica trabalhadores, meios operacionais, equipamentos, combustível, manutenção e capacidade técnica.

Não basta transferir competências no papel. É preciso garantir condições reais para que as freguesias consigam executar aquilo que lhes está a ser exigido.

Em segundo lugar, consideramos que o modelo financeiro apresentado carece de maior transparência e fundamentação técnica.

Os valores são calculados com base em fórmulas padronizadas por metro quadrado, quilómetro ou número de salas, mas não encontramos no processo um estudo económico detalhado que demonstre que estes montantes correspondem efetivamente aos custos reais suportados pelas juntas.

Numa altura em que os custos operacionais aumentam de forma contínua — combustível, materiais, contratação de serviços e salários — é legítimo questionar se estas verbas serão suficientes a médio prazo.

Também verificamos que os mecanismos de acompanhamento e fiscalização previstos são relativamente genéricos. Há relatórios semestrais, mas não existem indicadores claros de desempenho nem instrumentos robustos de avaliação da eficiência da execução destas competências.

Por isso, o nosso voto favorável é um voto responsável, mas também exigente e vigilante.

E deixamos duas questões ao executivo municipal:

Primeira:
Que garantias concretas pode a Câmara dar de que os valores agora transferidos serão suficientes para cobrir o aumento real dos custos operacionais das freguesias durante os próximos anos?

Segunda:
Caso se venha a verificar insuficiência financeira ou incapacidade operacional das juntas para cumprir estas competências, está o executivo disponível para rever os montantes transferidos e reforçar os meios atribuídos?

Muito obrigado.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 2

Transcrição Ata nº 11 de 29 de maio de 2026

A pedido do senhor Vereador Dr. João Paulo Moreira Correia e do senhor Deputado António Fernando dos Santos Rocha, a seguir transcreve-se na íntegra intervenções a partir do 1h47m de gravação:

PSD - ANTÓNIO ROCHA1:47:20

Senhor Presidente, muito boa noite na sua pessoa, Cumprimento todos os presentes e as pessoas que em casa assistem a esta sessão. A informação do senhor Presidente da Câmara aqui apresentada é importante porque vem reforçar alguns aspetos que durante estes meses foram hábito e tema dos nossos debates nesta Casa. Lembro perfeitamente coisas que estão aqui na informação e que naturalmente quem assiste não tem essa informação, mas os temas que se passaram e se passaram relativamente aos equipamentos municipais, cujo estado foi aqui apresentado diversas vezes e o esforço do Executivo em recuperar esses equipamentos. Também esta informação é muito importante para quem aqui interrogou diversas vezes pelas 1000 habitações, 4000 habitações. Porque esta informação é clara sobre os objetivos que informaram o programa que levou à candidatura desta nova maioria. Por exemplo, já aqui tínhamos falado que as preocupações de Câmara no que dizia respeito à habitação, se centram em duas áreas fundamentais a recuperação dos bairros sociais, do abandono e da degradação que sofreram e também a construção de novas habitações de renda acessível. No ponto dois desta informação, depois de uma fase em que se procurou resolver questões administrativas e recuperar alguma coisa do PRR, iniciou-se a reabilitação de urbanizações sociais em muito mau estado de conservação e estão neste momento a desenrolar-se os concursos para obras no exterior das urbanizações dos bairros do Balteiro, Cavaco e mais 11 urbanizações. E conseguiu-se ainda apoio dos fundos da União Europeia para a recuperação total de mais duas urbanizações. E o tal objetivo das 4000 habitações que estão aqui foi ridicularizado, ou então nas redes sociais, pelos alertas CM do PS, iniciou-se a seleção de terrenos para os novos projetos de habitações de renda acessível. As primeiras localizar se ão em Santa Marinha, Mafamude, Avintes e Vilar de Andorinho. Será um processo a arrancar no mês de setembro. *Ó senhor. Deputado, o senhor vereador, desculpe, vai permitir que eu acabe e não e não faz os gestos porque eu também não estou a fazer nem a apontar para o senhor. Vamos ao fim ao cabo, respeitar-nos, pois o senhor gosta muito de fazer alertas CM em todo o lado, mas vai-se a verificar no fim os alertas "puf". Defesa da Honra, foi o senhor. Foi o senhor que insistiu comigo que se meteu comigo. Mas de qualquer maneira, considerando, considerámos desculpe lá.*

PAM - PAULO SANTOS Vamos escutar o senhor Deputado António Rocha na sua intervenção e ter respeito pelo senhor deputado. Está na sua intervenção, senhor vereador.

PAM - PAULO SANTOS Vamos ter respeito. Muito obrigado, o senhor deputado, faça favor.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Eu estive calado o tempo todo. Sim.

PAM - PAULO SANTOS Senhor vereador, o senhor vereador aguardará que, senhor Deputado António Rocha conclua a sua intervenção.

PSD - ANTÓNIO ROCHA – 1:51:

Portanto, a calendarização a objetivos e há trabalho feito. Isto é importante porque o mandato não se constrói em meia dúzia de meses. Constrói-se em quatro anos. Já aqui foram reafirmados que alguns desses compromissos estão assegurados. Quanto à questão da qualidade de vida que muitas vezes aqui discutimos, a abertura de novos parques urbanos, nomeadamente o Parque Encostas do Douro, no Candal, o Parque Sophia de Mello Breyner, junto ao Arquivo Municipal, o Parque da Quinta de Quebrantões. Todos eles terão

um acrescento à qualidade de vida da cidade. E eu reforço isto. Eu estou a fazer este levantamento, porque a maioria das pessoas que estão ali, não receberam isto e, portanto, outras preocupações que aqui foram manifestadas forem manifestadas de relativamente, por exemplo, o apoio aos cuidadores, que está garantido ao reforço, ao reforço, repito, de atividades como, por exemplo, do envelhecimento ativo, que apenas sofreu interrupção para novos contratos, novos pagamentos, cuidados com os apoios substantivos e substanciais continuam a ser feito na área da de habitação social. E eu ainda salientava também o programa que diz respeito à saúde mental e que, naturalmente aqui na informação, nos diz que o Gabinete de Psicólogos visitará as Juntas de Freguesia para atendimento a públicos vulneráveis por referenciação e marcação. Naturalmente que esta informação ganha significado depois de um período atribulado de debate político a seguir às eleições. A Câmara está a trabalhar, está a trabalhar nos objetivos programáticos com que se comprometeu com a população e está a preparar as realizações deste mandato. Nuns casos mais avançados, noutros menos avançados, é natural. Tudo se faz com tempo. A verdade é que não adianta fazer intervenções diárias alertando e incentivando a população. Alertando e incendiando a população com preocupações que depois se vêm a revelar que não são naturalmente as que correspondem ao trabalho que está a ser feito. Com uma agravante o partido que as faz está representado no Executivo, onde pode obter toda a informação sobre estas questões. Naturalmente que a gente percebe que se diz coisas que possam eventualmente incomodar, mas correspondem à realidade. E há outro aspeto aqui que é esta informação que hoje é apresentada. É uma informação do muito trabalho que se fez durante estes meses. Por último, desculpem, mas eu vou ter de dizer isto. Espero que a senhora deputada já tenha tirado uma fotografia com o senhor Presidente aqui. Pois exato. Espero é que a primeira fotografia, o senhor Presidente não estava. Mas. Mas, senhor Presidente, está. Pode repetir a fotografia?

PAM - PAULO SANTOS Muito obrigado, senhor deputado. Tem a palavra o senhor deputado José Costa, que pediu a palavra antes do senhor vereador. Então vai ter de me explicar direitinho qual é a defesa da honra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Com certeza. Senhor presidente. Não vale a pena fazer essa cara de mau, porque também não, não me deixa intimidar e é ao mesmo tempo vereador.

PAM - PAULO SANTOS Quer que eu também peça a defesa da honra a seguir?

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Não quero.

PAM - PAULO SANTOS Não.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Não quero quebrar as regras do regimento. Nunca fiz nem irei fazer. Mas também queria deixar claro que não é com intimidação que me vai fazer recuar no pedido da defesa da honra. A defesa da honra tem a ver com aquelas declarações que o senhor deputado António Rocha acabou de fazer contra o Partido Socialista, dirigidas obviamente a quem as faz, que sou eu que as público nas redes sociais. E os comunicados foram assinados em nome do Partido Socialista. São assinados por mim.

PAM - PAULO SANTOS Mas é uma defesa da honra. Em nome do Partido Socialista ou em nome pessoal.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Em nome, do Partido Socialista e também em meu nome

PAM - PAULO SANTOS Nome do Partido Socialista. Lamento, mas não é uma defesa da honra. É uma manifestação política.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Acabei de dizer, em nome do Partido Socialista e em meu nome.

PAM - PAULO SANTOS Senhor vereador, o Partido Socialista tem todo o direito de fazer a sua manifestação política na sede correta. O senhor vereador aqui não tem esse direito. Se é em nome pessoal, tem todo o direito de defender a sua honra. Se é em nome do Partido Socialista, lamento, mas não tem esse direito.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Acabei de dizer que era em nome do Partido Socialista, em meu nome.

PAM - PAULO SANTOS Então, em nome do senhor vereador, não é? Então, em nome do senhor vereador, faça a favor de defender a sua honra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Mas eu deixo claro que eu disse isso logo na primeira resposta à pergunta que me fez em nome do Partido Socialista e em meu nome. Quero dizer, a senhor Deputado António Rocha, que classificou a oposição do Partido Socialista como alertas CMTV. Que isso não só desqualifica o seu discurso como também acaba por demonstrar a compreensão pouco democrática que tem do papel da oposição. Eu sei que era muito mais confortável para quem governa e para o partido maioritário na Assembleia Municipal e na Câmara, que o PS fosse uma espécie da Câmara Municipal de Chega como o senhor vereador do Chega, que foi eleito pelo Chega, que assumiu um compromisso com o eleitorado.

PAM - PAULO SANTOS Nós estamos a ouvir, estamos a ouvir a honra do senhor Vereador João Paulo Correia. Façam. Peço o favor de ouvirmos aqui o senhor Vereador João Paulo Correia.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Obrigado. Quê assumiu um compromisso com o eleitorado e que, passado poucos meses, desfiliou-se do partido, entregando rapidamente na gaveta aquilo que foram os compromissos eleitorais. E fez um acordo com quem governa a Câmara Municipal e hoje não fala, não tem opinião. E, portanto, se o Partido Socialista e eu próprio ficássemos em silêncio naquilo que é a nossa obrigação de fiscalizar, a ação da Câmara Municipal era um péssimo serviço à democracia local e um péssimo serviço a Vila Nova de Gaia. E depois também gostaria de dizer o seguinte aquela que é a ação política do PS tem sido muito virtuosa porque costumo até lembrar uma velha expressão na política, na política portuguesa, que é uma boa oposição, pode fazer um bom governo. É verdade, uma boa oposição pode fazer um bom governo. E, no caso concreto, nós já provamos que, sendo uma boa oposição, até fazemos o poder recuar muitas vezes nas suas decisões. Uma das minhas últimas publicações que chamou a atenção daquilo dos recuos no GaiaAprende+ e GaiaAprende+i, e nos valores transferidos para as instituições sociais que representam a Câmara GaiaAprende+ e GaiaAprende+i, fez com que passado duas horas após a publicação, a Câmara enviasse informação contrária àquela que tinha dado na reunião com as IPSS's e nas orientações dadas aos pais. Só dar aqui este último exemplo, podia estar aqui 01h00 a dar exemplos de posições públicas construtivas que denunciaram decisões erradas e que, felizmente, levaram a recuos por parte de quem governa. Mas eu não vejo nisso um problema, senhor deputado António Rocha. Eu não vejo nisso um problema, uma virtude na vida democrática, na vida política muitas vezes não ir até o fim com teimosias decisórias é uma virtude. E, portanto, naquilo que eu acho, naquilo que eu vejo, uma virtude e um enriquecimento da democracia local. O senhor Deputado António Rocha acha que a oposição exagera. Obrigado.

(----)

PAM - PAULO SANTOS Muito obrigado senhora deputada. Não sei se senhor vereador quer pedir mais defesas da honra ou se já chega por hoje. Os senhores vereadores.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Senhor Presidente, acho que.

PAM - PAULO SANTOS Os senhores vereadores.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA não o seu comentário.

PAM - PAULO SANTOS António Rocha tem a palavra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Senhor Presidente, desculpe lá.

PAM - PAULO SANTOS Não, não têm a palavra não, não têm a palavra VEREADOR, Senhor vereador não tem a palavra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA O senhor presidente não é o dono disto tudo.

PAM - PAULO SANTOS Senhor vereador, não tem a palavra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Senhor Presidente acabou de me provocar.

PAM - PAULO SANTOS Senhor vereador, não tem a palavra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA O senhor Presidente.

PAM - PAULO SANTOS O senhor vereador não tem a palavra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Mas o Senhor.

PAM - PAULO SANTOS Quer que eu chamo às autoridades para lhe dizer que não tem a palavra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Desculpe, mas isto não é assim que funciona

PAM - PAULO SANTOS Senhor vereador, não tenho a palavra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Não é assim que funciona.

PAM - PAULO SANTOS o senhor vereador tem a palavra. Quando eu disser tem a palavra. O senhor vereador não tem a palavra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Eu Deixe-me.

PAM - PAULO SANTOS É bom que esteja a ser filmado também. É bom que esteja a ser filmado para Vila Nova de Gaia perceber com o que é que está a acontecer nesta Assembleia.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Senhor Presidente, gratuitamente.

PAM - PAULO SANTOS Senhor Vereador, não tem a palavra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA O Senhor Presidente.

PAM - PAULO SANTOS António Rocha, faça favor.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA O Senhor Presidente gratuitamente, provocou-me e perguntou-me se eu queria te fazer defesa da honra toda a gente ouviu. É que eu estou a pedir-lhe para conduzir a Assembleia de forma imparcial, que respeite todos os partidos e vereadores, independentemente do seu partido de eleição.

****

2h07

PSD - ANTÓNIO ROCHA Se alguma virtude teve a minha intervenção, ela foi importante porque, pela primeira vez neste mandato, o Partido Socialista afirmou aqui claramente que estamos perante um bom governo, para o qual, segundo o Partido Socialista, tem contribuído a sua boa oposição. Portanto, estamos tranquilos em relação a isso, ao senhor vereador. Eu não queria entrar em diálogo consigo, mas quando fala em intimidação, nem o senhor nem eu já sou demasiado velho para intimidar com alguma coisa e por isso exijo esse respeito. Por último, dizer que de facto, nós, o senhor tem todo o direito de criticar o executivo, mas

todo e de escolher a forma. Mas também tem de respeitar, que nós possamos não estar de acordo com a forma, não com o conteúdo. Claro, conteúdo pode dizer o que quiser. A liberdade é um processo. Já tem 52 anos e isso merecerá sempre o respeito. Agora também o senhor tem de estar disponível para as críticas sobre a forma como o faz. E não vale a pena fugir das coisas. Dá exemplos, mas eu dou-lhe outro. O senhor foi fazer uma conferência sobre a unir uma conferência de imprensa. E o que é que lá foi fazer? Foi pedir ao governo apelar ao Governo para intervir numa asneira que os senhores fizeram. E mais e mais. Desculpe que me diga. Isto é inconsequente. É o que eu gostava de ter ouvido da oposição aqui, por exemplo, perante este problema, não é consigo e com o seu grupo parlamentar. Eu gostava que viessem aqui dizer qual é a vossa solução para a unir, porque a nossa está a ser trabalhada. Quero saber qual é a vossa. Não é? Simplesmente agora vem ao governo resolver um problema que nós criamos ou que os senhores criaram. Portanto, é isso que eu queria esclarecer. Quanto ao resto, é sim, é liberdade. Nós falamos. Vocês falam e vamos nos entendendo. Agora, há coisas que eu preferia na oposição que dissesse. O senhor foi por mau caminho, porque eu acho que deviam fazer assim. É esse o meu parecer. Mas pronto. E eu? E eu repito o. O senhor Presidente, desculpe lá, o senhor vereador tem a sua. As pessoas não percebem, mas nas reuniões de câmara a oposição e os vereadores têm o seu espaço de intervenção plenamente. Aqui quem intervém é o grupo parlamentar. Os senhores venham cá, contradigam me, façam o que quiserem. Eu só digo a conferência de imprensa sobre esse assunto foi um verdadeiro escândalo político. Ok. Muito boa noite.

PAM - PAULO SANTOS Muito obrigado. Senhor deputado, tem a palavra a senhora deputada Joana Ferreira. A não ser que o Dr. João Paulo Correia queira pedir outra vez a defesa da honra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Senhor Presidente, eu gostava de intervir sem estar a recorrer.

PAM - PAULO SANTOS senhor vereador, à intervenção do senhor vereador, nos termos do Regimento. Peço desculpa. Peço silêncio porque vou ter de explicar aqui ao vereador que a intervenção do senhor vereador no espaço desta Assembleia é sempre dependente da vontade do Senhor Presidente da Câmara. Nos termos do Regimento. Por isso lhe perguntava se ia defender outra vez a honra, porque essa é a única que o senhor vereador pode pedir autonomamente. Mas para isso vai ter de explicar a esta Assembleia e Vila Nova de Gaia e a mim próprio qual é a honra que está a defender. Nos termos do Regimento, portanto, estamos entendidos? Sim, lamento, mas não, não tem a palavra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Mas eu quero defender minha honra. O senhor Deputado António Rocha dirigiu-se a mim diretamente na intervenção que fez. Dirigiu-se a mim., desculpe, senhor Deputado António Rocha, quer dizer, ainda bem que está a ser gravado, porque há coisas que são indesmentíveis. O senhor referiu-se a mim diretamente. Portanto, eu tenho o direito a defender a honra e a defesa da honra.

PAM - PAULO SANTOS Senhor vereador. Dê me licença de intervir neste momento, porque eu acho que temos de acalmar os ânimos ao vereador. Está um bocadinho ansioso. Eu não estou a. Permita-me que talvez eu seja um bocadinho mais médico, senhor vereador.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Eu acho. Eu acho que o conceito é, portanto.

PAM - PAULO SANTOS Vereador está um bocadinho ansioso e neste momento está a levar, em termos pessoais, aquilo que são opiniões políticas. E depois responde, em termos pessoais, que o desgraçado do Chega perdeu um vereador na Câmara. Quer dizer, se é essa a sua defesa da honra, eu lamento, mas alguma coisa está errada nesse tipo de argumentação e por isso só posso atribuir isso a um surto pior. Mas, sendo ligeiro no diagnóstico, poderei atribuir isso, talvez, a um ataque de ansiedade.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Senhor presidente.

PAM - PAULO SANTOS Portanto, vamo-nos acalmar porque acho que isso é qualquer coisa que faz bem a esta assembleia. E eu diria que se não tenho nenhuma honra pessoal para defender, porque o que eu vi aqui foi uma manifestação política em relação a uma posição que o Partido Socialista tomou nas últimas semanas ou tem vindo a tomar nas últimas semanas. Se não há uma posição pessoal a defender, não há uma honra pessoal a defender. Senhor Vereador. Por favor, respeite esta Assembleia e não use este subterfúgio para vir aqui fazer uma manifestação em nome do seu partido, até porque o seu partido ainda tem 30 minutos e 40 para se defender daquilo que o Dr. António Rocha fez ou disse.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Insistam na defesa da honra. Não é?

PAM - PAULO SANTOS E qual é a honra que vai defender, então?

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Já expliquei que o senhor Deputado António Rocha fez uma intervenção completamente dirigida a mim e à conferência de imprensa que dei, que ele próprio citou. Toda a gente viu e ouviu.

PAM - PAULO SANTOS Mas a conferência de imprensa não foi. Enquanto o líder político do Partido Socialista que enviou Nova de Gaia.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA À conferência de imprensa, foi o primeiro vereador do candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, João Paulo Correia.

PAM - PAULO SANTOS Então, foi uma conferência de imprensa. Em termos individuais, não foi do partido.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Foi em termos individuais, e foi também do partido. Eu sou candidato. O primeiro Vereador eleito, o senhor presidente está a tentar arranjar uma forma de não me dar a palavra. E eu quero-lhe dizer que em todas as assembleias municipais do país.

PAM - PAULO SANTOS Não estou a tentar. Eu estou a tentar perceber de que forma é que o senhor vereador vai tentar defender uma honra em que a questão que está é uma questão partidária. Não é uma questão.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Pessoal, não é partidária, porque aí sim, é uma covardia vir à Assembleia Municipal usar da palavra, atacar o vereador João Paulo Correia. É verdade. Atacar politicamente o vereador João Paulo Correia e depois e depois defender se da do senhor Presidente da Assembleia Municipal, usando para nos dar a palavra. Isso é uma cobardia política. Eu nunca faria isso. Sim, nunca faria isso. Sim, nunca faria isso. Eu disse que. Nunca faria isso. Eu. Eu não vejo por que razão não querem dar a palavra. Quando toda a gente percebeu e ouviu que a sua intervenção foi totalmente dirigida a mim. Não faça das pessoas parvas, senhor Deputado António Rocha. Eu quero defender a honra do vereador João Paulo Correia, que foi efetivado na sua intervenção. O senhor colocou me, colocou a questão. Diga qual é a solução que tem para unir. Eu quero defender a minha honra. Dizer-lhe que a solução para unir foi apresentada em plena campanha eleitoral por mim próprio, várias vezes na Câmara Municipal, já várias vezes. Publicamente. E também o fiz e muito rapidamente.

PAM - PAULO SANTOS Vereador já fez então a intervenção? Então defender a honra. Três minutos para o seu autor defender a honra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Não preciso tanto. É muito rápido e estava a completar a Intervenção o problema da unir.

PAM - PAULO SANTOS Mas é o problema da unir ou é a defesa da honra.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA A defesa da honra? Porque aquilo que o senhor Deputado António Rocha disse não corresponde à verdade. É mentira. Eu tenho que repor a verdade. Desculpe. Quer dizer, qual é o problema de dar a palavra ao vereador?

PAM - PAULO SANTOS Ao senhor vereador? Discuta isso no âmbito do Executivo com o senhor Presidente, porque no âmbito do Regimento da Assembleia Municipal, o problema de dar a palavra a um vereador é exatamente o mesmo dar a palavra a qualquer outro vereador.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA O senhor Presidente da Câmara disse O Regimento, nos termos do Regimento, tem a palavra sempre que eu disse Senhor vereador. Agora a palavra Senhor Presidente, não me deu.

PAM - PAULO SANTOS Sim, mas o tempo da Câmara também já se esgotou em quase dois minutos. Na realidade, na realidade, a qualquer intervenção de um vereador, do Executivo da Câmara Municipal, nos termos do Regimento que já vem do passado e que, aliás, deriva da lei publicada pelo Estado português e deriva sempre da autorização do senhor Presidente da Câmara.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA O Senhor Presidente.

PAM - PAULO SANTOS Portanto, se quer uma intervenção política, peça licença ao senhor Presidente da Câmara.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Quero fazer.

PAM - PAULO SANTOS Uma intervenção.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Política.

PAM - PAULO SANTOS A defesa da honra. Então vamos.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Ouvir.

PAM - PAULO SANTOS A defesa da honra. Três minutos para ouvir a defesa da honra. O senhor vereador até disse Nem precisa de tanto.

VEREADOR JOÃO PAULO CORREIA Muito bem, senhor Presidente. Já podia ter sido logo assim nos primeiros segundos. Senhor Deputado António Rocha e eu, na campanha eleitoral, disse insistentemente que a solução que propomos para o problema da UNIR é substituir o atual operador. Disse também que a substituição do atual operador deve ocorrer com o trabalho organizativo que não pode acontecer de um dia para o outro. Nem nós nunca defendemos que acontece quando você sequer de um mês para o outro, entre a Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia e a Transportes Metropolitanos do Porto, que é quem a entidade pública que gere a rede do lote quatro Gaia Espinho. Na conferência de imprensa, aquilo que eu disse é aquilo que escrevi publicamente. E o que disse à comunicação social é que está na hora de encontrarmos uma solução definitiva, que é substituir o operador da UNIR. E é a nossa posição não é de combate à Câmara Municipal, ao senhor Presidente da Câmara, a nossa. A nossa posição é de emprestar àquele que é a nossa força política para resolver o maior problema de Vila Nova de Gaia. No nosso entender, que atinge diariamente dezenas de milhares de pessoas e que importa ser resolvido, mais importante do que passar as culpas de um partido para outro é resolver o problema. E nós estamos disponíveis desde a primeira hora e essa é a nossa intervenção pública.

PAM - PAULO SANTOS Muito obrigado, senhor vereador.

GRUPO MUNICIPAL VILA NOVA DE GAIA CHEGA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA

ANEXO N.º 3

Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Deputados,

A informação financeira hoje apresentada confirma aquilo que já vínhamos denunciando: este executivo continua a privilegiar a despesa corrente em detrimento da execução efetiva de investimento útil para as populações.

Temos uma execução global da despesa de cerca de 16%, com áreas fundamentais do investimento municipal praticamente paradas. Enquanto isso, acumulam-se milhões em serviços, consultadorias, estruturas e compromissos futuros.

Mas aquilo que mais preocupa é percebermos que, mesmo existindo oportunidades claras de financiamento externo, a Câmara continua sem visão estratégica para aproveitar esses instrumentos e transformar oportunidades em obra concreta.

E quero deixar aqui um exemplo muito claro: a situação dos pescadores da Aguda e da nossa frente marítima.

Neste momento existem apoios públicos disponíveis para infraestruturas de apoio à atividade piscatória, nomeadamente para construção de barracões e melhoria das condições de trabalho das comunidades piscatórias, num montante superior a 2 milhões de euros.

Ao mesmo tempo, existem linhas de financiamento muito significativas para intervenções de proteção costeira e quebra-mar, na ordem das várias dezenas de milhões de euros, com concursos de prazo relativamente curto, que exigem rapidez de decisão e capacidade de candidatura.

E o mais importante é isto: o município apenas teria de assegurar cerca de 30% do investimento.

Ou seja, com um esforço financeiro relativamente reduzido, seria possível executar obra estruturante, resolver problemas antigos e apoiar verdadeiramente uma comunidade que há anos espera respostas.

Com pouco dinheiro municipal, pode-se fazer muita obra.

É precisamente isto que falta a este executivo: capacidade de aproveitar financiamento externo para reduzir o peso sobre os contribuintes e aumentar a capacidade de investimento do concelho.

Os pescadores da Aguda precisam de condições dignas para trabalhar. Precisam de apoio real e não apenas de visitas institucionais e fotografias em época eleitoral.

E mais: uma intervenção séria no portinho da Aguda e na proteção costeira poderá também ajudar a mitigar o problema do assoreamento na praia da Granja, uma preocupação crescente para moradores, comerciantes e utilizadores daquela zona costeira.

Estamos portanto perante uma oportunidade rara:

- apoiar a comunidade piscatória,
- proteger a costa,
- melhorar a segurança marítima,
- reduzir problemas de assoreamento,
- e executar obra com financiamento maioritariamente assegurado por fundos externos.

Aquilo que perguntamos ao executivo é simples:

Vai a Câmara aproveitar esta oportunidade ou vai, mais uma vez, deixar passar os prazos e continuar presa à gestão da rotina e da despesa corrente?

Porque os gaienses já perceberam uma coisa: há muito orçamento, há muito anúncio, mas a concretização continua demasiado lenta.

E quando existem apoios desta dimensão disponíveis, não há desculpas para a falta de ambição.

Muito obrigado.

VILA NOVA DE GAIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL V. N. GAIA
ANEXO N.º 4

MINUTA DE ATA Nº 11

Reunião Ordinária de 29.05.2026

Ao vigésimo nono dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, reunida em Sessão Ordinária, tomou as seguintes deliberações: ----------

1. **No Período da Ordem do Dia, foram tomadas as seguintes deliberações:** ----------

   a) **Foi o Ponto 3.44. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Descentralização de Competências – Juntas de Freguesia", **Aprovado por Unanimidade.** ----------

   b) **Foi o Ponto 3.45. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Abertura de Procedimentos Concursais para provimento dos Cargos de Direção Superior de 1.º Grau e de Direção Intermédia de 1.º e 2.º Graus e Aprovação da Composição do Júri de recrutamento", **Aprovado por Maioria**, com 29 votos a favor (23 do PSD, 03 da IL e 03 do CDS-PP), 26 votos contra (22 do PS e 04 do CH) e 02 abstenções (01 do LIVRE e 01 da CDU). ----------

   c) **Foi o Ponto 3.46. da Ordem de Trabalhos** "Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal, quanto à Criação da Paisagem Protegida Local do Vale do Febros", **Aprovado por Maioria**, com 53 votos a favor (23 do PSD, 22 do PS, 03 da IL, 03 do CDS-PP, 01 do LIVRE e 01 da CDU) e 04 abstenções do CH. ----------

   d) **Foi Apreciada a** "Informação Escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal e da situação financeira do Município, **referente ao Ponto 3.47. da Ordem de Trabalhos.** ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi esta reunião dada por encerrada eram 00 horas e 55 minutos do dia 30 de maio de 2026, da qual se lavrou a presente Minuta de Ata, a qual vai ser lida e assinada pela Senhora Primeira Secretária em Exercício e pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, e que foi **Aprovado por Unanimidade.** ----------

PRIMEIRA SECRETÁRIA

EM EXERCÍCIO

(Ana Paula Paiva Godinho da Silva Dias, Dr.ª)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

EM EXERCÍCIO

(Paulo Alexandre Azevedo Pereira Santos, Dr.)